



## POLÍTICAS E PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Susane Barros**

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.  
E-mail: [susanesb@yahoo.com.br](mailto:susanesb@yahoo.com.br)

**Othon Jambeiro**

PhD. em Comunicação pela *University of Westminster*, Inglaterra; Professor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil.  
E-mail: [othon@ufba.br](mailto:othon@ufba.br)

### Resumo

Este texto baseia-se em uma pesquisa que buscou identificar e analisar as políticas e práticas estabelecidas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA para a divulgação de sua produção científica. Três métodos foram associados para realizá-la: estudo de caso, análise documental e survey. A coleta de dados incluiu: (1) observação indireta; (2) entrevistas com pesquisadores, "policy-makers" da administração central da Universidade e pró-reitores; (3) identificação e análise de normas da UFBA. Os resultados demonstram a inexistência de uma política voltada para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na UFBA. Em seu lugar a Instituição dispõe, por um lado, de diversos documentos que apresentam a questão de forma fragmentada e, por outro, de instâncias responsáveis pela pesquisa e pela pós-graduação que atuam com limitações no estabelecimento de diretrizes.

**Palavras-chave:** Comunicação científica. Universidade Federal da Bahia. Políticas de comunicação da produção científica – UFBA.

### 1 ASPECTOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

O termo comunicação científica foi cunhado na década de 1940 pelo cientista irlandês John Desmond Bernal, autor do título *A função social da ciência*, publicado no final da década de 1930 (CHRISTÓVÃO; BRAGA, 1997). Segundo Souza (2003, p. 136) a definição de Bernal para o termo foi "um amplo processo de geração e transferência de informação científica." Somente nas décadas de 1960 e 1970, no entanto, é que estudos são realizados com maior frequência e intensidade sobre esse tema, tendo os trabalhos de Merton, Menzel e Price, além da Guerra Fria, como inspiradores das investigações empíricas iniciais sobre comunicação científica.

A partir de 1966 um grupo de pesquisadores nos Estados Unidos, do qual William D. Garvey fazia parte, destacou-se com trabalhos nessa linha, sugerindo "uma visão preliminar da estrutura da comunicação científica." (MUELLER, 1994, p. 313). Essa equipe se propôs a acompanhar a trajetória das comunicações oriundas de um determinado projeto na área de psicologia, desde sua fase inicial até a final. Conseguiu demonstrar que são informais e de iniciativa do pesquisador as primeiras comunicações derivadas da pesquisa. Além disso, numa segunda etapa a iniciativa de comunicação se intensifica buscando a publicação em periódicos e que, posteriormente, o processo de comunicação continua em fontes secundárias, envolvendo esforços de terceiros, como os fornecidos pelos serviços de indexação e resumos.

Para Garvey (1979, p. ix, tradução livre)<sup>1</sup> a definição de comunicação científica envolve

o espectro total de atividades associadas com a produção, a disseminação e o uso da informação, a partir do momento em que o cientista tem a ideia para sua pesquisa, até que a informação sobre os resultados desta pesquisa seja aceita como constituinte do conhecimento científico.

Através de seu estudo sobre o fluxo da informação científica Garvey (1979) desenvolveu e propôs um modelo que foi amplamente divulgado, ajustado e transposto para outras áreas do conhecimento. Esse modelo considera cada etapa do processo de pesquisa, com os respectivos canais para a comunicação de seus resultados, classificando-os em formais e informais.

Embora atualmente os limites entre esses canais estejam cada vez mais tênues, algumas características persistem e os diferenciam. Os canais formais são caracterizados pela amplitude de comunicação e por maior facilidade de recuperação, uma vez que seu controle, armazenamento e preservação são mais rigorosos. Isso se deve ao fato dessa literatura ter passado por uma ação editorial e ter sido submetida à avaliação dos pares, o que lhe garante maior confiabilidade. Os informais são essencialmente voláteis, atingem um público menor, mas segundo Leite (2006, p. 67) "são responsáveis pelo compartilhamento da experiência do cientista e do conhecimento científico, principalmente em sua vertente tácita, [...] por proporcionarem uma maior interação [entre] os sujeitos [...]." Assim, em geral, os canais formais são mais relacionados à comunicação escrita enquanto os informais à comunicação oral.

O tradicional modelo de Garvey, ainda que aceito por boa parte da comunidade, há algum tempo já não representa o processo de comunicação científica, pois, no momento em que foi concebido e desenvolvido, os meios eletrônicos não se mostravam tão presentes como nos dias atuais. A literatura apresenta muitos modelos para representar o processo de comunicação científica, mas somente no início da década de 1980 percebe-se uma preocupação em se considerar o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Lievrouw (1992), por sua vez, diz que o ciclo da comunicação científica é formado por três etapas subsequentes. A primeira é a da conceituação, onde os processos comunicacionais se dão num âmbito bastante restrito, sobretudo entre aqueles indivíduos que possuem um relacionamento harmonioso e de confiança mútua, em ocasiões informais. A segunda etapa, de documentação, compreende um processo mais bem elaborado num nível formal, envolvendo a avaliação pelos pares e considerando que existem regras a serem seguidas, como no caso de submissões de artigos para periódicos. A popularização, terceira etapa do ciclo, envolve a divulgação do conhecimento de forma ampla para o público em geral. Essa terceira etapa propõe, de certa forma, uma extensão do modelo de Garvey, uma vez que inclui a sociedade.

Para fins deste trabalho considera-se comunicação científica a troca de ideias entre os pesquisadores, com a utilização de canais formais ou informais, onde o meio eletrônico está cada vez mais presente, possibilitando também a chegada dessas comunicações ao público leigo. Mueller (1994, p. 313) indica que no modelo de Garvey "Após a publicação dos conteúdos da pesquisa em artigo científico, as atividades de divulgação realizadas pelo autor, em relação a essa pesquisa, diminuem muito." A própria conceituação de Garvey (1979, p. ix,

---

<sup>1</sup> "includes the full spectrum of activities associated with the production, dissemination, and use of information from the time the scientist gets the idea for his research until information about the results of this research is accepted as a constituent of scientific knowledge."

tradução livre)<sup>2</sup> para comunicação científica demonstra uma postura restritiva ao afirmar que são “aquelas atividades de troca de informação que têm lugar principalmente entre os cientistas envolvidos em pesquisas de vanguarda.”

Ziman (1979, p. 137) ratifica essa visão ao afirmar que não acredita “que a necessidade de popularizar a Ciência para o público em geral seja tão grande quanto à de popularizá-la para os próprios cientistas.” Em termos práticos, Le Coadic (2004, p. 32) considera que apesar de uma das funções da comunidade científica ser garantir a divulgação do conhecimento científico ao cidadão comum e governos, é bem menos praticada. Atualmente, as atividades de popularização das pesquisas são consideradas de alta relevância no sentido de que prestar contas à sociedade é imperativo fundamental de um sistema democrático.

Nessa perspectiva, vale citar a abordagem de Weitzel (2006) para demonstrar a evolução do processo de comunicação científica representada por modelos baseados no fluxo da informação, adotados em diferentes épocas e contextos. Percebe-se que à medida que o tempo passa um novo paradigma se estabelece no sentido de reduzir as restrições de acesso ao conhecimento científico. Para a autora, o processo de comunicação científica engloba, em linhas gerais, três etapas: produção, disseminação e uso da informação científica. E, a cada período, sobre uma dessas etapas, recai a ênfase do processo.

Bacon, Boyle, Oldenburg e Merton representam o modelo que enfatiza a geração do conhecimento, num período que compreende desde o século XVII até o século XX. Nessa época, um sistema de informação da ciência foi construído, bem como as bases de sua estrutura social, para promover a geração do conhecimento científico com base em evidências. É quando nasce a ciência moderna. Embora já existissem periódicos em circulação, o acesso ao conhecimento científico ainda era bastante restrito aos próprios cientistas. Não havia muita preocupação com a divulgação das pesquisas.

A partir do esgotamento do modelo anterior surge o modelo que enfatiza a disseminação. Havia deficiências nos mecanismos de disseminação do conhecimento entre os próprios cientistas, em consequência do aumento da produção bibliográfica e da fragmentação do conhecimento. Bernal e Garvey são considerados os expoentes do modelo e apresentaram propostas para aperfeiçoar os mecanismos de disseminação existentes no século passado. Mas, o acesso ao conhecimento científico pelo público leigo não era considerado.

O modelo atual, representado por Ginsparg e Harnad, precursores do acesso livre, focaliza a promoção do acesso à informação científica em função do uso, e incorpora novos canais de comunicação, a partir das TICs, que ainda buscam legitimação. Nesse modelo, as barreiras de acesso ao conhecimento têm sido reduzidas paulatinamente atingindo inclusive o público leigo.

Retomando a terceira etapa do ciclo da comunicação científica, do modelo de Lievrouw (1992), ainda que a autora pondere que nem todas as pesquisas chegam ao terceiro estágio é preciso considerar que as novas configurações estão impulsionando uma postura reflexiva da inter-relação dos conceitos de comunicação e divulgação científica. Autores como Orrico e Oliveira (2007) e Valério e Pinheiro (2008) sinalizam que se deve repensar essa inter-relação devido ao caráter transformador da informação, elemento fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Atualmente, as redes eletrônicas têm proporcionado acesso à informação científica tanto para o público especializado, quanto para o não-especializado, promovendo assim uma reaproximação, uma espécie de diálogo entre os dois. Valério e Pinheiro (2008) apontam para a participação de novos públicos no sistema de comunicação científica, por conta de um

---

<sup>2</sup> “those information-exchange activities which take place mainly among scientists actively involved on the research front.”

entrelaçamento nos processos da comunicação e da divulgação científica a partir das tecnologias de comunicação em rede eletrônica.

As autoras consideram que uma grande quantidade de informação científica é disponibilizada na Internet por meio de “correio eletrônico, salas ou grupos de discussão, ou pelos próprios periódicos científicos, ‘nascidos’ no meio virtual, ou mesmo com suas versões eletrônicas.” (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008, p. 167). E ainda, que os mecanismos de busca estão à disposição para fornecer essas informações de acesso livre a quem delas necessitar.

Elas sugerem a existência de uma comunidade científica mais ampla e heterogênea, que “é o embrião de uma nova forma de participação que se delinea a partir das TICs, na qual a divulgação e a comunicação científica se entrelaçam no compartilhamento dos mesmos interesses.” (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008). Não abordam a questão, no entanto, à luz das novas ferramentas de interação da chamada Web 2.0<sup>3</sup>, também denominada web social, já utilizadas no ambiente científico.

A comunicação da produção científica é uma atividade intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de pesquisas, que é um dos pilares do princípio de indissociabilidade sobre o qual as universidades se sustentam. O artigo 207 da Constituição de 1988 estabelece que elas devem desenvolver, de maneira indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda que seja flagrante o desequilíbrio, em praticamente todas elas, esta disposição constitucional determina os limites da responsabilidade social da instituição universidade.

A pesquisa científica é, portanto, uma atividade social (ZIMAN, 1979), desenvolvida, em grande parte, no âmbito das universidades e financiada com recursos públicos. Isto torna a comunicação de seus resultados de suma importância para as universidades, a fim de que cumpram com sua responsabilidade social. Para isso, é necessário que tenham políticas específicas.

O esforço da pesquisa em que se funda este trabalho foi, dessa forma, identificar e analisar as políticas e práticas que orientam a comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O estudo de caso e a pesquisa documental foram os métodos de investigação utilizados para sua execução, abrangendo como técnicas de coleta de dados a observação direta e entrevistas. Para a pesquisa documental, utilizou-se como marco histórico a Reforma Universitária de 1968. O documento norteador para a identificação da documentação localizada foi o Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987 (BRASIL, 1987), que institui o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a pesquisa empírica procedeu-se à localização dos documentos da UFBA que fazem referência à comunicação da produção científica. A técnica de coleta utilizada foi a observação indireta, acompanhada de anotações cursivas, como instrumento. Dessa forma, buscou-se:

- contatar a Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOC), para ter acesso ao *Regimento Geral*, ao Estatuto, aos regimentos e resoluções dos conselhos superiores, e com a Secretaria do Gabinete do Reitor, para ter acesso às portarias;

---

<sup>3</sup> **Web 2.0** é um termo criado em 2004 pela empresa estadunidense O'Reilly Media para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a “Web como plataforma”, envolvendo wikis, aplicações baseadas em *folksonomia*, redes sociais e tecnologia da informação. Embora o termo tenha uma conotação de uma nova versão para a Web, ele não se refere à atualização nas suas especificações técnicas, mas a uma mudança na forma como ela é encarada por usuários e desenvolvedores, ou seja, o ambiente de interação que hoje engloba inúmeras linguagens e motivações. (Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Web\\_2.0](http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0))

- levantar, na Seção Memória da UFBA, na Biblioteca Reitor Macêdo Costa, registros de documentos contendo resultados de pesquisas desenvolvidas na Instituição; e
- levantar políticas e ações no âmbito da editora da universidade.

O esquema de análise dos documentos levantados envolveu basicamente duas fases. De posse do Estatuto, regimentos, resoluções e portarias, procedeu-se ao agrupamento do material, observando-se a aproximação temática entre os documentos: o primeiro grupo analisa as regulamentações gerais, pois, com base nelas, toda a estrutura de funcionamento da universidade foi estabelecida; o segundo verifica o condicionamento da produtividade à progressão funcional; o terceiro analisa as resoluções mais recentes sobre o regime de trabalho dos docentes; o quarto aborda resoluções que tratam da admissão e da alocação de vagas para docentes; o quinto examina a instituição da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); o sexto refere-se a determinações de resoluções de estímulo ao aprimoramento profissional tanto de técnicos quanto de docentes; e o último considera o apoio financeiro a docentes e discentes, para participação em eventos.

Esses documentos foram em seguida lidos, buscando-se identificar a relação com a comunicação da produção científica e destacando-se deles trechos considerados relevantes para a análise. Esta segunda fase aplicou-se também aos documentos levantados na Seção Memória da UFBA, na Biblioteca Reitor Macêdo Costa.

Foram realizadas também 19 entrevistas com membros das instâncias superiores da UFBA, responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e Câmara de Pós-Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – bem como dos membros do Conselho Editorial da Edufba. Na PRPPG foram entrevistados, além do Pró-Reitor, o Coordenador de Pesquisa e o Coordenador de Ensino de Pós-Graduação. Na Câmara, dos 10 titulares, nove foram entrevistados com exceção do Pró-Reitor, entrevistado anteriormente. Dos sete componentes do Conselho Editorial da Edufba, apenas um titular não foi entrevistado, por estar afastado para estágio pós-doutoral; em seu lugar, foi entrevistado o suplente.

O roteiro, semiestruturado e composto de cinco questões abertas, foi aplicado individualmente e pessoalmente no mês de agosto de 2009, mediante agendamento prévio, após localização e contato com os entrevistados. Foi desenvolvido e seguido com o propósito de identificar as políticas existentes na universidade voltadas para a comunicação da produção científica.

Para tratar e analisar os dados obtidos por meio das entrevistas o primeiro passo foi realizar a transcrição. Em seguida, após leitura do material, procedeu-se à seleção de trechos considerados relevantes e destaque de pontos comuns à maioria das falas, associando análise quantitativa e qualitativa. Optou-se pela utilização de técnicas simplificadas e pela inferência na análise das falas dos entrevistados.

### **3 RESULTADOS: AS POLÍTICAS**

#### **3.1 Documentos**

Nesta seção são apresentados documentos que regulam, na UFBA, a divulgação de sua produção científica.

##### **3.1.1 Decreto n. 94.664/87**

O Decreto n. 94.664/87 (BRASIL, 1987) trata da aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos, tal como colocado no Art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de

abril de 1987. Seu art. 1º define que a implantação e administração do plano é de responsabilidade de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). A elas cabe, portanto, a elaboração de instrumentos próprios, com liberdade e autonomia, para tratar em detalhes de questões específicas. Na UFBA ele começou a ser regulamentado em 1989.

O decreto define as atividades do pessoal docente, dentre as quais destaca-se, no seu artigo 3º, o inciso I "[...] as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura [...]" (BRASIL, 1987, p. 1). Estabelece ainda que deve existir em cada IFES, uma Comissão Permanente de Pessoal Docente, para assessorar a elaboração e supervisão da realização da política. São também estabelecidas as orientações para o ingresso na carreira acadêmica e para o regime de trabalho, além da progressão funcional.

Caracteriza-se como um documento importante para o ensino de nível superior no Brasil, mas não aborda especificamente a comunicação da produção científica. Sequer fixa diretrizes gerais. Deixa a questão sob a responsabilidade exclusiva de cada IFES.

### 3.1.2 Estatuto e Regimentos

No que se refere à comunicação da produção científica, o *Estatuto da UFBA* aprovado em maio de 2000, pela Portaria MEC n. 597, as unidades universitárias de produzir, transmitir e difundir cultura e conhecimentos nas diversas áreas.

Além desse, outros pontos diretamente vinculados à comunicação científica e cultural ficam explícitos no art. 5º, do capítulo III. Ali se afirma que a geração e a propagação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos bem como o estímulo ao desenvolvimento, à criação e ao pensamento crítico-reflexivo são considerados fins da universidade. No final de 2009 foram feitas alterações no Estatuto, mas não houve mudança no que se refere ao tema aqui tratado (UFBA, 2009c).

O *Regimento Geral*<sup>4</sup>, aprovado pelo Parecer n. 2.948/76 do CFE, recebeu, desde sua aprovação, diversas alterações (UFBA, 1997a). O documento possui nove títulos que abordam detalhadamente os órgãos da administração superior; o regime didático; a pesquisa; a extensão; o planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades universitárias e seus corpos docente e discente.

Seu capítulo III, art. 8º define ser de responsabilidade da Reitoria a superintendência, a coordenação e a fiscalização das atividades da Instituição, dispostas em seis categorias de serviços, sendo a segunda categoria referente ao serviço de ensino, pesquisa e extensão. A definição da política dessa categoria é atribuída ao serviço de planejamento e orçamento, em colaboração com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a quem compete determinar as diretrizes do planejamento nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

O serviço de ensino, pesquisa e extensão é responsável pela execução de sua política e pela contratação, utilização e aprimoramento de seu corpo docente, bem como pela organização e gerenciamento do programa editorial da UFBA. Segundo o título IV, art. 106, a pesquisa deve ser encarada na instituição como função autônoma, mas o art. 107 que trata de forma direta da comunicação da produção científica, determina como incentivos à pesquisa: "f) divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas unidades; g) promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debates de temas científicos." (UFBA, 1997a, p. 41).

O capítulo IV do Regimento, seção III, vincula a produção científica à admissão de docentes. Discorre sobre a prova de habilitação à livre docência, definindo, no artigo 99, que no julgamento do *curriculum vitae* a qualidade e continuidade da produção intelectual devem

---

<sup>4</sup> Este regimento está vinculado ao Estatuto aprovado em 1968. Um novo regimento foi aprovado em março de 2010 no Consuni, com base no Estatuto aprovado em 2009 (UFBA, 2009).

ser particularmente analisadas. Essa produção, no entanto, somente pode ser qualificada se avaliada por pares, ou seja, se comunicada. Na mesma linha, para julgamento de concursos para ingresso na carreira do magistério superior, a produção científica produzida e publicada, além de obras de arte com valor e originalidade reconhecidos, são consideradas títulos científicos, artísticos ou literários (Capítulo II, artigo 156).

Em março de 2010 um novo Regimento foi aprovado (UFBA, 2010a). Seu capítulo III trata da pesquisa, da criação e da inovação. O artigo 84 diz que haverá estímulo, por parte da universidade, para a pesquisa, criação e inovação de diversas formas, dentre elas pela divulgação de resultados de projetos finalizados e pela promoção de eventos e participação em iniciativas de mesmo caráter em outras instituições. Isso demonstra preocupação da instituição com a divulgação de sua produção científica. O capítulo 86 indica a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação pela coordenação, com garantia de divulgação, de programas institucionais de fomento e intercâmbio científico, artístico e tecnológico, assim como pela manutenção de sistemas de informação que possibilitem acompanhamento, avaliação e divulgação dos programas, linha e projetos desenvolvidos pela universidade, no âmbito da pesquisa, criação e inovação.

O *Regimento do Conselho Universitário*, de novembro de 1995, determina, dentre suas competências, a formulação de diretrizes bem como a deliberação sobre políticas acadêmicas gerais da instituição, desde que ouvido o Conselho de Coordenação. Também é de sua competência a aprovação de políticas de pessoal e outras relativas à modernização administrativa, mas nada explícita em relação à comunicação da produção científica (UFBA, 1995e).

No Regimento do Conselho de Coordenação, de setembro de 1969, dentre suas atribuições, destaca-se: fixação de diretrizes gerais dos programas de pesquisa e extensão com a indicação de áreas prioritárias; promoção da articulação entre suas unidades e órgãos em projetos de pesquisa e extensão; e deliberações sobre assuntos relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, sobretudo em grau de recurso (UFBA, 1969).

Entre suas atribuições está também o estabelecimento de normas e diretrizes referentes a: recrutamento, seleção e regime de trabalho do pessoal docente. O Conselho deve ainda conferir prêmios, visando estimular e recompensar as atividades universitárias e realizar outras atividades, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, visando supervisioná-las e coordená-las.

Compete ainda ao Consepe a responsabilidade de orientar a atividade de pesquisa, bem como coordenar os cursos de pós-graduação, conforme o art. 63 do capítulo III do *Regimento Geral*. Dessa forma, cabe-lhe elaborar regulamentos e instruções, aprovar a programação geral anual da pós-graduação, apreciar propostas de cursos, além de fiscalizar a execução deles após autorização de funcionamento. Sendo grande parte das pesquisas realizada nos programas de pós-graduação (Mestrados e Doutorados) é no âmbito do Consepe que uma política para orientar a comunicação da produção científica deveria ser criada.

Em sentido mais amplo, a Portaria n. 2.759 (UFBA, 1993), emitida pelo reitor, em 4 de novembro de 1993, designava um grupo de professores para compor uma comissão de trabalho com a finalidade de esboçar um documento com subsídios para a elaboração de uma Política de Comunicação na UFBA. A comissão foi instalada dias depois e, ainda em dezembro de 1993, entregou o documento *Subsídios para uma Política de Comunicação da UFBA* (NASCIMENTO et al., 1993). O documento foi estruturado em três partes: introdução, pré-diagnóstico e propostas emergenciais. A introdução faz uma abordagem conceitual a respeito da visibilidade da Instituição; o pré-diagnóstico identifica e avalia a situação da infraestrutura (instalações, equipamentos e recursos humanos) de órgãos relacionados a ações de comunicação como a Pró-Reitoria de Extensão, a Assessoria de Imprensa, o Centro Didático e Editorial e a Faculdade de Comunicação; e a terceira parte traça propostas emergenciais.

Uma outra comissão foi criada, no mesmo ano, para elaborar a proposta de política que, após apreciação pela Pró-Reitoria de Planejamento e pela Procuradoria Jurídica, foi aprovada pelo Conselho Universitário em 17 de novembro de 1994. Jamais foi posta em prática.

Percebe-se, dessa forma, que, na esfera do estabelecimento de regras em sentido mais amplo, a UFBA possui um conjunto de medidas legais que considera como fins da instituição a criação e divulgação do conhecimento científico, cultural e tecnológico. Embora indique claramente competências e finalidades de seus órgãos responsáveis pela construção de diretrizes para a pesquisa e até tenham sido registradas medidas em sentido estrito, na prática não são aplicadas.

### 3.1.3 Normas complementares

As *Normas Complementares para Cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)*, aprovadas pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa, em julho de 1998, orientam o funcionamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (UFBA, 1998), que são criados com foco na formação de recursos humanos de alto nível.

No que diz respeito à comunicação da produção científica, seu artigo 19 estabelece a concessão de créditos por publicações ou apresentações de trabalhos científicos ou obras de arte. É considerada para tal a produção dos últimos cinco anos. O parágrafo 2º desse mesmo artigo estabelece os limites de créditos para substituição de disciplinas por publicações e o parágrafo 3º indica que fica a critério do colegiado o número de créditos a serem concedidos, considerados o mérito do texto e a qualidade do veículo de divulgação. O parágrafo 5º define que o regimento interno de cada curso deve expor os critérios de avaliação da produção a ser aproveitada. Essas disposições normativas são um efetivo incentivo para a comunicação da produção científica da universidade, uma vez que permitem ao discente reverter em seu benefício seu esforço de publicação de artigos em revistas acadêmicas.

### 3.1.4 Admissão e alocação de vagas docentes

A admissão de docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é feita por meio de concurso público de provas e títulos. Na UFBA isto é regulado por duas resoluções do Conselho de Coordenação<sup>5</sup>: as de número 1/89 (UFBA, 1989b) e 7/89 (UFBA, 1989c). A primeira trata de normas para a realização de concursos para professores auxiliares e a segunda dispõe sobre a indicação de professores visitantes. Ambas valorizam a produção intelectual publicada.

A Resolução 1/89 (UFBA, 1989b) define a classificação dos títulos em: acadêmicos; científicos, artísticos e literários; didáticos e profissionais. Além disso, seu artigo 21 especifica o que é considerado para cada tipo de título; para o caso de títulos científicos, artísticos e literários, elege as publicações em livros, em periódicos, em anais de eventos científicos, canais preferenciais para a comunicação de resultados de pesquisa, bem como as obras de arte cujo valor e originalidade foram reconhecidos.

A Resolução 7/89 (UFBA, 1989c) dispõe sobre a indicação de professores visitantes. Seu art. 2º, parágrafo 1º, determina que o departamento solicitante qualifique tanto os títulos acadêmicos quanto a produção intelectual e a experiência profissional

Aspecto importante neste processo é a alocação de vagas nos diversos departamentos da universidade. Isto é feito com base também em Resoluções do Consepe, que levam em conta a produtividade de cada departamento. Tema complexo e polêmico, é regulado pelas

---

<sup>5</sup> O atual Consepe era anteriormente chamado de Conselho Superior de Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão, resumidamente, Conselho de Coordenação.

seguintes Resoluções 1/95 (UFBA, 1995a), 5/95 (UFBA, 1995b) e 5/05 (UFBA, 2005b), esta última a única atualmente em vigor.

A análise da Resolução n. 1/95 (UFBA, 1995a), já revogada, foi mantida por constituir-se em importante contraponto na comparação com a resolução em vigor, a n. 5/05 (UFBA, 2005b). Ela estabelecia, em seu art. 2º, para sua aplicação, uma terminologia e conceituação que demonstrava a importância atribuída à publicação da produção científica e à sua comprovação, dentre as quais destacam-se:

- produção acadêmica – “[...] toda produção científica publicada ou passível de comprovação” (UFBA, 1995a, p. 4);
- produção artística – “[...] idealização e execução de projeto artístico apresentado publicamente, passível de comprovação” (UFBA, 1995a, p. 4);
- coeficiente de produtividade – “[...] relação entre a produção acadêmica e/ou artística do departamento e o número de docentes efetivamente envolvidos na atividade de pesquisa” (UFBA, 1995a, p. 6).

Essa resolução instituiu um sistema de alocação de vagas de docentes estruturado em dois níveis: habilitação e qualificação. O nível de habilitação verificava a necessidade da vaga e o nível de qualificação caracterizava o perfil do departamento solicitante, levando em conta, entre outros fatores, sua produção acadêmica (pesquisa e publicações).

Para aferir os pontos relacionados ao item participação em pesquisa considerava-se como indicador a relação entre o número de docentes envolvidos em pesquisa e o número total de docentes do departamento, em regime de 40 horas e dedicação exclusiva. Fórmula semelhante apurava a produção científica ou artística, isto é, relação entre número de docentes em regime de 40 horas e dedicação exclusiva, e a produção apurada. (UFBA, 1995a, p. 18-19).

Considerava-se três categorias de produção acadêmica: P1, publicação em livro; P2, artigos científicos publicados em periódico especializado, além de capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos científicos, desde que publicados em Anais; P3, trabalhos apresentados em seminários internacionais e nacionais, artigos em jornais, palestras, conferências e traduções (UFBA, 1995a, p. 20). Esta categorização revela a importância que era atribuída a este item.

A Resolução n. 5/05 (UFBA, 2005b), além de revogar as anteriores, utiliza nova nomenclatura e altera o funcionamento do Sistema de Avaliação do Desempenho Departamental, que tinha como base as informações fornecidas pelos departamentos. O novo sistema passou a utilizar as informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão, desde que registradas no Sistema de Informações sobre a Produção Docente (SIDOC)<sup>6</sup>, além de informações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas. O principal indicador desse sistema, no entanto, continuou sendo produtividade.

O Sistema continua estruturado nos níveis de habilitação e qualificação. Os itens de avaliação no nível da qualificação, entretanto, foram modificados para: participação em atividades de ensino, participação em atividades de pesquisa (considerando-se produção bibliográfica, artística e/ou técnica), participação em atividades de extensão e participação em administração universitária. Em consequência, também o cálculo da produção acadêmica foi alterado. Objetivando a caracterização do perfil do departamento o parágrafo 1º do art. 6º define que

---

<sup>6</sup> O Sidoc é uma plataforma gerida pela Superintendência Acadêmica da UFBA que visa ao registro e a disponibilização de informações sobre o que os docentes da instituição produzem.

A qualificação do Departamento será expressa pela sua posição relativa aos demais Departamentos habilitados, nas proporções de 50% para participação em Atividades de Ensino, 35% para participação em Atividades de Pesquisa (produção em atividade bibliográfica, artística e/ou técnica), 10 % para participação em Atividades de Extensão e 5% para participação em Atividades de Administração Universitária. Para tanto, serão outorgados 500 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Ensino, 350 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Pesquisa (produção em atividade bibliográfica, artística e/ou técnica), 100 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Extensão e 50 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Administração Universitária. Os demais Departamentos serão pontuados proporcionalmente a estes, em cada segmento. (UFBA, 2005b, p. 2).

Como se vê, a UFBA exercita uma rigorosa gestão do conhecimento de seus departamentos, premiando com novas vagas docentes aqueles que mais produzem intelectualmente. Embora, como é natural, a atividade de ensino tenha maior peso na avaliação dos departamentos, a produção de conhecimento está em segundo lugar. No que se refere à admissão de docentes, contudo, esta última ascende para o primeiro posto, constituindo-se no principal indicador de capacitação para a docência.

### 3.1.5 Regime de Trabalho

Também no quesito Regime de Trabalho, tanto a Resolução 6/95 (UFBA, 1995c), já revogada, quanto a que está em vigor, privilegiam a comunicação de resultados de pesquisa como atividade desempenhada pelos docentes. Isto compreende tanto elaboração de livros didáticos, artísticos ou científicos, quanto participação em eventos.

A Resolução 6/95 (UFBA, 1995c), posteriormente complementada pela Resolução 3/97 (UFBA, 1997c), além dos critérios de distribuição da carga horária para os regimes de 20 horas, 40 horas e dedicação exclusiva, estabeleciam as condições para progressão funcional dos docentes, dentre as quais figurava a avaliação das atividades de pesquisa e produção acadêmica. A Comissão Acadêmica de Pesquisa, instituída pela segunda resolução, emitia pareceres sobre a produtividade dos docentes, pareceres estes que serviam de subsídio para a avaliação de desempenho, pelos departamentos, para pareceres da CPPD e para as deliberações da PRPPG sobre apoio à atividade de pesquisa.

Em agosto de 2009 o Consepe iniciou o exame de nova resolução para regulamentar o regime de trabalho, e o planejamento das atividades dos docentes. Essa proposta mantém inalterados os tipos de regime, conforme a Resolução 1/06, e nada acrescenta no que se refere à comunicação da produção científica (UFBA, 2009d).

Das resoluções analisadas nesse grupo, as de número 6/95 (UFBA, 1995c) e 3/97 (UFBA, 1997c) trazem maior relação com a comunicação da produção científica. A primeira orienta a distribuição da carga horária dos docentes e define quais atividades são de sua competência, incluindo entre as atividades de pesquisa a comunicação dos resultados. A segunda constitui-se numa ação voltada para avaliar as atividades de pesquisa e produção acadêmica para subsidiar decisões de outros órgãos responsáveis pela pesquisa na UFBA.

### 3.1.6 Progressão funcional

Nesse grupo foram analisadas as resoluções 4/89 (UFBA, 1989a), 2/96 (UFBA, 1996), 3/06 (UFBA, 2006b) e 1/07 (UFBA, 2007), que dispõem sobre a progressão funcional dos

docentes. A resolução n. 4/89 estabelece que a progressão tem por base dois critérios principais: titulação e desempenho. Seu artigo 3º diz que a análise do critério desempenho observa 16 elementos, dentre os quais cinco, quase um terço, são relacionados à produtividade e à comunicação dessa produção:

- m – bolsas de estudo e de pesquisa conferidas por instituições de formação de recursos humanos e de fomento à pesquisa, bem como de intercâmbio cultural de alto nível;
- n – produção científica, literária ou artística, consistindo em publicações em livros ou periódicos especializados ou outros meios, assim como teses, monografias e trabalhos escritos apresentados em reuniões científicas e realização de obras de arte de reconhecido valor e originalidade;
- o – autoria de textos didáticos e de divulgação científica;
- p – participação em eventos científicos, técnicos ou artísticos, relacionados com a área específica do docente, em que houver participação oficial em mesas redondas, debates ou apresentação de trabalho;
- q – prêmios científicos, literários ou artísticos conferidos por instituições de reconhecido valor. (UFBA, 1989a, p. 2-3).

O art. 3º da Resolução n. 2/96 (UFBA, 1996), por sua vez, estabelece as seguintes categorias e respectivas atividades docentes, a partir das quais são aferidos pontos: ensino, extensão, pesquisa e produção acadêmica, administrativas e capacitação profissional. Seu parágrafo 3º indica os limites para aferir pontuação aos itens relacionados à pesquisa e à produção acadêmica:

- a – a publicação de artigo em periódico especializado (nacional ou estrangeiro) na área de atuação do docente, corresponderá a 10 pontos por publicação;
- b – a autoria ou co-autoria de livro especializado, na área de atuação do docente, corresponderá a 20 pontos por publicação;
- c – a publicação de trabalhos completos em anais de congresso ou simpósios, suplementos de periódicos ou cadernos especiais de jornais, na área de atuação do docente, corresponderá a 05 pontos por publicação. No caso de resumos estes corresponderão a 01 ponto por publicação;
- d – o Trabalho de Conclusão de aluno de Pós-Graduação do docente, devidamente aprovado de acordo com as normas do curso, corresponderá à seguinte pontuação: Tese de Doutorado concluída 05 pontos, Dissertação de Mestrado concluída 03 pontos e Monografia de Especialização concluída 01 ponto;
- e – proferir palestras, seminários, conferências, participar de mesas redondas, etc. corresponderá a 01 ponto por atividade, até o máximo de 10 pontos;
- f – a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa referentes a atividades de pesquisa registradas na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa corresponderá a 02 pontos por atividade, até o máximo de 10 pontos;
- g – a coordenação de projetos de pesquisa registrados na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa corresponderá a 02 pontos e a participação como pesquisador a 01 ponto por atividade, até o máximo de 03 pontos;
- h – obras artísticas e científicas, na área de atuação do docente, premiadas, corresponderão a 10 pontos;
- i – a produção científica ou artística fora da área de atuação do docente corresponderá a um máximo de 10 pontos. (UFBA, 1996, p. 2).

As resoluções 3/06 (UFBA, 2006b) e 1/07 (UFBA, 2007) tratam especificamente da progressão funcional da classe de Professor Adjunto para a classe de Professor Associado. Ambas, no art. 1º, expõem as condições para progredir para o nível 1 da classe de Professor Associado, sendo uma das condições a aprovação em avaliação de desempenho acadêmico. O art. 2º aborda com maior detalhe, nas duas resoluções, questões sobre a avaliação para a progressão, afirmando que serão avaliadas as atividades que o docente desenvolveu no período em que esteve no nível IV, como Professor Adjunto. As atividades são pontuadas para a avaliação com base em limites estabelecidos pela Resolução 2/96, a partir da seguinte categorização: atividades de ensino, atividades de extensão, atividades de pesquisa e produção acadêmica e atividades administrativas e de representação.

O conjunto dessas resoluções revela que o indicador de maior peso para a avaliação docente é a produtividade científica, estritamente vinculada à quantificação, de forma a tornar a avaliação mais objetiva. Nelas são estabelecidos critérios e limites de pontuação dessa produção, a serem observados pelo docente solicitante no momento de requerer a progressão junto ao departamento. A concessão, entretanto, dependerá de avaliação dos órgãos competentes.

### 3.1.7 Avaliação do desempenho docente

Nesse grupo há, em vigor, apenas a Resolução 9/89 (UFBA, 1989d). Ela atende ao Decreto n. 94.664/87 (BRASIL, 1987), que estabelece, em seu art. 11, que toda IFES deve ter uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com o objetivo de fornecer assessoria ao reitor e ao Conselho de Coordenação quanto à elaboração e acompanhamento da política de pessoal docente. Esta comissão é responsável por: aprovação dos planos departamentais de trabalho, análise do planejamento dos programas de qualificação acadêmica, determinação da política de todo o pessoal docente, implantação do processo de acompanhamento e avaliação das atividades do magistério, entre outras. Além disso, julga: modificações no regime de trabalho dos docentes; desempenho para a progressão funcional; ascensão por titulação; solicitações de afastamento; dispensas; exonerações; e necessidade de admissão. Sua atuação está, pois, diretamente vinculada a determinações que consideram a produção científica do corpo docente da instituição.

### 3.1.8 Apoio financeiro

Há duas resoluções que tratam do assunto: 3/95 (UFBA, 1995d) e 4/99 (UFBA, 1999a). A primeira, cuja aplicação está suspensa, trata do custeio e das indenizações de despesas com viagens, uma vez que considera ser do interesse da UFBA “[...] a divulgação dos produtos das atividades acadêmicas de seus docentes;” (UFBA, 1995d, p. 1). Dentre os critérios normativos para a aplicação dessa resolução, destaca-se, em seu art. 2º, a hipótese II, que estabelece que diárias e passagens, respeitados os prazos de solicitação, somente podem ser concedidas ao servidor, “[...] para participar em congresso ou evento similar para apresentação de trabalho de caráter técnico, cultural, científico ou artístico, desde que formalmente comprovada a participação;” (UFBA, 1995d, p. 2). Ou seja, a concessão do auxílio, diferentemente do expresso na Resolução n. 4/90 (UFBA, 1990b), aparece vinculada à comunicação de trabalhos.

O artigo 5º obriga o docente que recebeu auxílio com passagens e/ou diárias a apresentar um relatório ao departamento onde está lotado, anexando o comprovante de sua participação no evento, além de cópia do trabalho apresentado. No caso de participação em eventos científicos fora do país, dada a contumaz ausência de recursos financeiros para este fim, o art. 6º orienta o autor a encaminhar a solicitação de auxílio a agências de financiamento, observados os prazos legais para pedido de afastamento do país. Conforme o art. 7º, para o

caso de os docentes da UFBA receberem convites para coordenação de trabalhos ou eventos, realização de palestras e análogos, as despesas com viagens devem ser cobertas pela instituição que fez o convite.

A outra resolução, 4/99 (UFBA, 1999a, p. 1), estabelece a política de apoio, orientação e assistência estudantil. Em seu anexo II, Capítulo II, o art. 7º determina que é atribuição do Programa de Acompanhamento Acadêmico “[...] incentivar a participação do estudante em cursos, seminários e congressos de caráter técnico-científico e profissionalizantes”. A concessão de auxílio a estudantes revela preocupação em apoiar a comunicação científica e cultural também no nível do corpo discente.

Assim, observa-se que a UFBA estimula e valoriza, ainda que suas ações não se situem no plano ideal, a participação de docentes e discentes em eventos bem como afastamento para capacitação, entendendo que ações como essas divulgam não somente o produto de atividades nela desenvolvidas. Essas ações são importantes, sobretudo na atual conjuntura, para proporcionar-lhe visibilidade.

### 3.2 Entrevistas

Além da pesquisa documental para localização da política de comunicação da produção científica, foram feitas entrevistas com os responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação e com membros do conselho editorial da Editora da UFBA.

O primeiro grupo afirma que há uma “política indireta”, provocada pela avaliação da pós-graduação, feita anualmente pela Capes.

*Todo mundo reclama do julgamento da CAPES. Ela determina os critérios de avaliação e a gente tem que seguir esses critérios. É muito difícil fomentar algumas linhas de pesquisa, mas se a Pós não sobrevive sem a CAPES, a gente acaba tendo que aceitar [...] Pra CAPES o que vale é a publicação e divulgação em meios científicos nacionais e internacionais principalmente [...] A UFBA tem todas essas diretrizes gerais e tem seguido, claro, com o objetivo de aprovar sua Pós-Graduação na CAPES. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).*

Alguns dos entrevistados desse grupo apontaram a heterogeneidade e especificidade da instituição e das áreas de conhecimento como elementos dificultadores para a elaboração de uma política de comunicação da produção científica da universidade. Outros defendem a necessidade de internacionalização da comunicação, via revistas estrangeiras. Um deles, numa conexão entre esses dois pontos, declarou:

*[...] os grupos, por iniciativa própria, tratam de disseminar sua produção científica, mas não de uma maneira coordenada. É setorial, é pontual e o retorno também acontece dessa maneira. Ou você publica em revistas nacionais muito boas, ou você publica mesmo em revistas estrangeiras, principalmente em inglês, por que é a língua de comunicação científica. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).*

Os seis entrevistados que advogam a internacionalização argumentam que os periódicos brasileiros mais lidos e citados estão, também ou somente, publicados na língua inglesa. No nível da PRPPG, a questão torna-se mais explícita e também coerente com a preocupação da CAPES de lançar em seu site um curso de inglês à distância. Dentro das políticas que a PRPPG pretende adotar, planeja-se o Escritório Virtual de Apoio à Publicação

com três frentes principais de atuação: a obtenção de habilidade na língua inglesa, a revisão de textos em inglês, para facilitar a publicação em revistas, e o apoio à revisão de literatura.

No que concerne à revisão de textos em inglês, a estratégia é induzir a publicação de alto nível, reembolsando o pesquisador por meio das verbas do Programa de Apoio à Pós-Graduação da CAPES. Há um entendimento de que publicar em português é limitar o acesso a falantes da língua portuguesa. Entretanto, atuar numa única direção pode ser um equívoco, pois é necessário observar quais os canais preferenciais de cada área e incentivar com equilíbrio a publicação neles e outras possibilidades advindas das tecnologias.

Além disso, um dos membros da Câmara está realizando um levantamento da produção científica indexada da UFBA, de 1970 a 2008, em bases como ISI e Scopus, e comparando-a com outras IFES e institutos de pesquisa. O objetivo é saber quais áreas estão produzindo mais e quais estão produzindo menos. Com isto, poderá identificar a área em que se tem mais competências e aquela em que será necessário desenvolver competências. O levantamento já foi apresentado aos demais membros e o será também aos coordenadores de programas individualmente.

O Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA – um evento de grande porte, que inclusive recebe trabalhos de outras instituições de ensino locais e de alguns Estados, e que conta com avaliação externa da CAPES e do CNPq - foi citado por apenas um entrevistado como uma ação para a comunicação de produção científica.

A entrevista também contemplou uma questão sobre orientações que a Câmara e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação fornecem aos programas de pós-graduação. Ainda que o art. 63 do capítulo III do Regimento Geral da Universidade (UFBA, 1997a) determine como funções do Consepe a coordenação dos programas de pós-graduação, a orientação da atividade de pesquisa e a formulação de regulamentos e instruções, é recorrente na fala dos entrevistados a participação superficial da Câmara de Pós-Graduação nesse nível. Dos 12 entrevistados, nove afirmam que a atuação da Câmara está mais direcionada para os trâmites do sistema universitário do que para discussões e geração de políticas.

*Na Câmara de Pós-Graduação nós analisamos pilhas de processos, dentre os quais nós temos assuntos que envolvem os cursos de pós-graduação, com validação ou não desses cursos, prestação de contas, estímulo e apoio a eles, processos envolvendo revalidação de diplomas, processos vários. Estão em atividade, me disseram, mas eu não sei exatamente se o número é verdadeiro, que têm algo em torno de 400 processos para serem julgados na Câmara atualmente, o que significa um trabalho, eu diria, quase insano dos membros da Câmara, simplesmente para fazer análise desses relatórios.*

*A Câmara está mais envolvida com questões burocráticas de referendar processos que são encaminhados a ela para parecer e, na verdade, não sobra tempo para discussão das políticas gerais, que é o que deveria ser.*

No âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, um dos entrevistados afirmou que ela cobra dos programas foco na produção qualificada, conforme definido na área, o que demonstra que há preocupação com o atendimento ao que a CAPES estabelece. Quatro dos entrevistados demonstraram pouca clareza a respeito dessa função de elaboração de regulamentos e instruções da Câmara e da PRPPG ou afirmaram desconhecer ações dessas instâncias nessa linha, tendo um deles explicitado que entende que o objetivo da Câmara não é este. Outros dois, no entanto, consideram a importância do apoio da CAPES, mas argumentam sobre a autonomia da universidade.

*[...] embora a gente tenha de ser independente [...] na realidade tem que se guiar pelo que o CNPq e o que a CAPES, no caso, avalia. A instituição fica muito amarrada à avaliação da CAPES embora a gente tenha de ser independente, mas não adianta ser independente e chegar lá e não funcionar.*

No segundo grupo – o dos membros do Conselho Editorial da Edufba – um dos entrevistados se referiu a uma tentativa, na atual gestão (2006-2010), que ocorreu com a emissão de uma portaria definindo um grupo para discutir a política de comunicação na Universidade que, por meio da editora, contemplava a questão, mas isto não se transformou num documento oficial e não foi adiante.

A editora foi apontada como produto de uma política implícita de divulgação da produção científica e cultural da Universidade por quatro entrevistados. Todos eles indicaram que, no tocante a livros, várias ações têm sido realizadas. A editora tem uma política, um regimento, desenvolve suas coleções etc., mas esse trabalho de comunicação da produção científica é isolado, isto é, não é integrado a outros órgãos, nem decorre diretamente de uma política geral da Universidade.

*[...] é uma via que passa, me parece, pelo incentivo e pela recompensa pela pesquisa não é? E a UFBA é uma Universidade que, embora tenha de fato uma posição de destaque em termos de produção acadêmica no Norte/Nordeste, não só na Bahia, e até nacionalmente ela está muito bem colocada, a gente que vive a Instituição sabe que a distribuição do trabalho de pesquisa na Instituição é extremamente desigual. Você tem grupos que produzem bastante, mas tem uma quantidade significativa de grupos que não estão produzindo na mesma medida. E independentemente de querer acusar pesquisadores, eu acho que isso denota uma situação da falta de uma política que privilegie e premie a atividade de pesquisa da Universidade.*

*Nossa atividade é um pouco autônoma em relação a essas políticas da PRPPG e da Câmara porque nós trabalhamos basicamente com avaliação de originais que são encaminhados à Edufba.*

*O que eu sinto lá do Conselho Editorial, eu acho que há um certo divórcio, digamos assim, e que deveria ser uma coisa mais inter-relacionada com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação.*

No entanto, partiu da Pró-Reitoria um convite à editora para a realização de uma palestra aberta à comunidade da UFBA para orientação quanto ao encaminhamento de originais e ao processo editorial. Além disso, outro ponto em fase de discussão é a criação de um edital, no qual a PRPPG se propõe a financiar a publicação de livros oriundos de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação da UFBA.

Um dos entrevistados na PRPPG, a despeito de entender que a Pró-Reitoria não tem poder para estabelecer critérios mínimos para as revistas, defende a existência de uma hierarquia oficial, o estabelecimento mesmo de uma política que determine, por exemplo, que para se criar uma revista, a Unidade, o Programa ou o editor responsável deve encaminhar uma proposta para a Câmara de Pós-Graduação para avaliação. Hoje fica a critério de cada revista a consulta aos padrões exigidos pelos indexadores e, conseqüentemente, a busca pela melhor classificação no Qualis Capes. Ainda assim, discute-se, no âmbito da PRPPG e da editora, a criação de um núcleo para a preparação técnica das revistas.

## 4 RESULTADOS: AS PRÁTICAS

Se inexistente na UFBA política de comunicação da produção científica, existem, por outro lado, práticas, que, isoladamente, sem se enquadrarem em diretrizes gerais de gestão do conhecimento, são regularmente realizadas.

### 4.1 Eventos de Divulgação Científica

Desde 1980, paralelamente ao trabalho de divulgação das pesquisas por meio das bibliografias especializadas, a UFBA realiza anualmente o Seminário Estudantil de Pesquisa, abrangendo alunos de graduação. O evento vem se consolidando e influenciando a cultura da instituição na comunicação dos resultados de pesquisas realizadas por seus discentes sob a orientação de pesquisadores. Em 2009, na sua 28ª edição, foram inscritos 1.100 trabalhos, um número que demonstra o crescimento da pesquisa na UFBA.

Outra prática relevante é o Prêmio de Publicação do PIBIC-UFBA, para alunos bolsistas de iniciação científica, denominado Public, instituído em 2008. Concorrem a ele os estudantes que gerarem indicador de produtividade – livro, artigo científico, patente etc. – considerando os últimos três anos de execução do projeto de pesquisa e a classificação do Qualis da CAPES da respectiva área. Esse prêmio caracteriza-se como uma ação que valoriza a produtividade e insere o pesquisador iniciante num ambiente científico, no qual já há uma concorrência estabelecida, uma vez que ele passa a preocupar-se em produzir um trabalho passível de publicação em periódicos bem qualificados.

Em 2000 passou a ocorrer anualmente também o Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação, evento no qual os estudantes de mestrado e doutorado apresentam trabalhos no âmbito de seus projetos de teses e dissertações. Na última edição do evento, os pós-graduandos da UFBA participaram do evento também como debatedores de trabalhos apresentados por estudantes de graduação, o que lhes possibilitou experiência e participação em atividades docentes.

Contudo, percebe-se que a instituição parece ter ainda dificuldades de mobilizar sua comunidade. Observa-se que, mesmo incluído no calendário da universidade, a participação de docentes e discentes no evento fica praticamente restrita àqueles vinculados às atividades de pesquisa.

### 4.2 A Editora

A Edufba tem como objetivo primordial promover a difusão da produção acadêmica da Universidade. Busca publicar trabalhos originais, além de realizar trabalhos em co-edição ou parceria, mediante convênios e acordos. Desenvolve ainda diferentes coleções para atender às demandas da comunidade científica. Sua política editorial prioriza a publicação de trabalhos resultantes de teses e dissertações e de material didático, em forma de livros, que dêem suporte ao ensino de graduação, de coleções temáticas e coletâneas relacionadas às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação da UFBA (EDUFBA, 2009).

Constituída como órgão suplementar da administração da universidade, a Editora funciona há 17 anos, tendo profissionalizado sua equipe, modernizado seus equipamentos e melhorado a distribuição de sua produção. Suas publicações passam por um conselho editorial, que coordena o sistema de avaliação por pares. Desde 1998, sua produção vem aumentando gradativamente, a uma taxa aproximada de 40%.

Além disso, a Editora está participando de dois importantes projetos que visam aumentar a visibilidade da produção científica da universidade: a implantação do Repositório Institucional (RI), para o qual foi definida como órgão para desenvolvimento da fase piloto e

disponibilizará obras de seu catálogo segundo critérios preestabelecidos; e o Projeto Piloto para o Desenvolvimento da Coleção Scielo Livros (SCIELO, 2008), este último agregando a experiência do Scielo periódicos. Esse projeto pretende uma expansão progressiva em países Ibero-americanos e objetiva

[...] aumentar a visibilidade, acessibilidade, qualidade, o uso e impacto dos livros, e contribuir para o aprimoramento continuado das capacidades das editoras participantes em gestão de processos de edição, publicação e comercialização *on-line* de livros, de acordo com o estado da arte internacional. (SCIELO, 2008, p. 3).

Por sua característica intrínseca de agregação da produção científica da UFBA, constitui-se numa de suas principais formas de divulgação. Todavia o aumento da produção científica, estimulado pelas exigências dos órgãos de fomento e também tendo em vista a abertura de editais de programas regulares de apoio à publicação, tem tornado a forma impressa cada vez mais desafiadora. Esta é a razão principal de a Editora vir se envolvendo em projetos de disponibilização de livros em meio eletrônico.

### 4.3 Publicações Oficiais

No que se refere a documentos criados com a função de comunicar os resultados de pesquisas desenvolvidas na Instituição, localizou-se, na Seção Memória da UFBA da Biblioteca Reitor Macêdo Costa, muitas bibliografias especializadas elaboradas entre as décadas de 1960 e 1990. Algumas nasceram de iniciativas de escolas, faculdades e institutos, muitas vezes como forma de homenageá-los pelos anos de atuação, a exemplo da *Coletânea da Produção Científica da Escola de Nutrição: 1956-1996*, publicada em homenagem aos 40 anos dessa Escola, reunindo os resumos da produção científica de seus docentes. Outras são resultados do esforço de programas de pós-graduação.

Catálogos de teses e dissertações são as bibliografias mais comumente publicadas. O primeiro deles data de 1966, publicação da Escola de Biblioteconomia e Documentação, que reuniu informações sobre as teses defendidas nas diversas unidades da UFBA entre 1946, ano de sua criação, e 1966. Em 1982, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação também publicou um catálogo de teses, mas somente em 1991 voltou a produzir material semelhante, cobrindo o período de 1982 a 1988. Várias unidades de ensino publicaram, entre 1983 e 2001, outros catálogos contemplando resumos de teses e dissertações defendidas em seus programas de pós-graduação.

Destaca-se uma importante publicação, que aparentemente teve início com periodicidade irregular e persistiu até segunda metade da década de 1990: *Produção Científica, Literária e Artística*. Trata-se de bibliografia especializada, produzida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, antiga Coordenação Central de Pesquisa e Pós-Graduação, que deu início à publicação. Anterior a isso – início da década de 1970 –, a Superintendência Acadêmica da UFBA também produziu material similar. Essa publicação encontra-se descontinuada após um período de publicação mais ativa, como foram as décadas de 1980 e 1990. Seu último volume foi publicado em 1997.

A descontinuidade da publicação coincide com o período em que a internet passou a ser utilizada mais amplamente. Esses tradicionais recursos bibliográficos foram rapidamente transformados em sistemas de informação automatizados, aumentando a precisão e localização de informações, quando associadas a bancos de dados. O lançamento do Currículo Lattes também pode ter sido um dos fatores motivadores dessa descontinuidade, pois a ferramenta ganhou tanta credibilidade que é atualmente o principal instrumento para avaliar

pesquisadores, docentes e discentes, tanto pelas universidades quanto por outras instituições e agências de fomento à pesquisa. Outro fator que pode ter levado àquela descontinuidade é o caderno de indicadores da CAPES, produzido com o apoio da base Coleta Capes. Nesse caderno são disponibilizadas informações reunidas da produção científica de todo e qualquer programa de pós-graduação reconhecido pelo MEC.

Ainda assim, a produção de uma publicação que reúna a produção científica, artística e literária de uma instituição, mesmo no formato eletrônico, não é dispensável. Uma publicação desse tipo seria uma poderosa ferramenta de divulgação e visibilidade do conhecimento que produz e de identificação de lacunas a serem preenchidas em seu planejamento de pesquisa.

#### 4.4 Periódicos

Os periódicos acadêmicos são importantes canais de comunicação, sendo responsáveis pela dinamização da produção científica e pela interlocução de pesquisadores nacionais e estrangeiros, seja como autores, seja como avaliadores de artigos submetidos para publicação.

Esses periódicos são anualmente classificados pela avaliação do Qualis/Capes, sob a coordenação dos representantes das diversas áreas de conhecimento. Vieira (2006), em estudo sobre a visibilidade das revistas científicas publicadas pela UFBA, após uma pré-seleção com base no Qualis de 2004, chegou a 18 títulos classificados na base e vinculados aos programas de pós-graduação. Essa pesquisa recomendou a necessidade do estabelecimento de uma política de aprimoramento da produção científica, pois detectou que elas não atingem os padrões de qualidade editorial nacional e internacional para serem indexadas em bases de dados e tornarem-se mais atraentes. Rosa (2009), em outra pesquisa que considerou periódicos vinculados ou não aos programas de pós-graduação, revelou que a UFBA mantém 22 periódicos, dos quais quatro não são classificados pelo Qualis e o periódico melhor qualificado não é vinculado a nenhum programa e sim a um grupo consolidado de pesquisa.

Outro importante mecanismo vinculado aos programas e que visa ampliar o acesso e a visibilidade da produção científica da UFBA é a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Essa Biblioteca é um projeto de iniciativa do IBICT, que surgiu com a proposta de estimular o registro e a publicação de versões eletrônicas de teses e dissertações produzidas no âmbito de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. A UFBA é uma das bibliotecas da rede distribuída, que passou a integrar o Projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 28 de agosto de 2003, mediante convênio firmado com o Ibict.

A Biblioteca Reitor Macedo Costa, que já tinha sido designada local de depósito obrigatório de toda a produção científica da Universidade, teve essa função reafirmada posteriormente, por meio de sucessivos documentos legais, o último dos quais determina que, entre outras funções ela tenha também a de disseminar a produção científica e cultural da UFBA. Dentro dela foi criada, em 2005, (UFBA, 2005a), a Biblioteca Digital da Universidade Federal da Bahia.

Por fim, mais recentemente, em 2010, foi criada nova ferramenta de divulgação da produção científica da UFBA, o Repositório Institucional (UFBA, 2010c), em processo de implantação.

#### 5 CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que inexistente na UFBA uma política voltada para a orientação de sua comunidade sobre como divulgar sua produção científica. A Universidade trata a questão de forma muito fragmentada, com esparsas diretrizes distribuídas em diversos documentos legais, nenhum deles específico para esta finalidade. Há definições claras quanto aos órgãos e

funções responsáveis pela produção de conhecimento científico e cultural, mas nada sistematizado para orientar sua divulgação.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação juntamente com a Câmara de Pós-Graduação são as instâncias indicadas para tratar questões desse nível. No entanto, as atividades desenvolvidas, sobretudo no âmbito da Câmara, têm-se limitado a pautas com questões emergenciais e burocráticas, não permitindo que se debata e formule políticas.

Além disso, mesmo tendo sido localizados esforços de elaboração de uma política de comunicação do conhecimento gerado na Universidade, eles parecem ter ficado esquecidos em detrimento de outras necessidades da Instituição. Não foram, na verdade, tratados com a merecida atenção, apesar de a comunicação da sua produção científica e cultural trazer-lhe visibilidade e ser uma questão de responsabilidade social.

Muitas das diferentes alternativas de comunicação científica existentes na UFBA são resultado de iniciativas individuais, como o Portal de Periódicos da Instituição, ou ainda de seus órgãos e sistemas, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e o Repositório Institucional, que não têm recebido acompanhamento sistemático dessas instâncias. Algumas ações advindas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação perduram, a exemplo do Seminário Estudantil e do Prêmio Public. No entanto, é lamentável a descontinuidade da *Produção Científica, Literária e Artística da UFBA*, bibliografia especializada que reunia anualmente resumos de estudos realizados por seus pesquisadores para serem divulgados em outras instituições dentro e fora do país.

A UFBA está, pois, carente de uma visão mais contemporânea de gestão do conhecimento, que a faça voltar-se para a formulação de uma política que vincule estreitamente a pesquisa e a comunicação de seus resultados, tanto a públicos especializados quanto ao grande público.

### ***Policies and practices for scientific production at Federal University of Bahia***

#### **Abstract**

*This paper is based on a research that tried to identify and analyze policies and practices of the Federal University of Bahia (UFBA) to diffuse its scientific production. Three research methods were associated to realize this work: case study, document analysis and survey. Data collection included: indirect observation; interviews with researchers, university policy-makers and some of its high executives; identification and analysis of regulatory acts from UFBA. The results showed the non-existence of a policy for the diffusion of scientific information produced in UFBA. The University has, only sparse documents with fragmented regulation on this question. Moreover the sectors with responsibility on the coordination of research and graduate activities are limited powered to establish policies*

**Keywords:** *Scientific Communication. Federal University of Bahia. Communication Policies for Scientific Production – UFBA.*

Artigo recebido em 06/03/2011 e aceito para publicação em 10/04/2011

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N. 94.664, de 23 de julho de 1987.** Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D94664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2009.

CHRISTÓVÃO, Heloísa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e Sociologia do Conhecimento científico: a intertemacidade plural. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, set./dez. 1997.

EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia. **Apresentação de originais: procedimentos**. Salvador, 2009.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science**. Oxford: Pergamon, 1979.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Tradução de Maria Yêda F. S. Figueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando Cesar Lima. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LIEVROUW, Leah Anne. Communication, representation, and scientific knowledge: a conceptual framework and case study. **Knowledge, Technology & Polity**, v. 5, n. 1, p. 6-28, mar. 1992. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=3&hid=101&sid=01677032-8edf-40dd-ebc94f0be1661a%40sessionmgr111&bdata=JnNpdGU9ZWWhvc3QtbGl2ZQ%3d%3d#toc>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.

NASCIMENTO, Antônio Dias et al. **Subsídios para uma política de comunicação da UFBA**. Salvador, 1993.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. Análise do discurso na divulgação científica: uma reflexão na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--074.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2008.

SCIELO - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. **Projeto piloto para o desenvolvimento as coleção Scielo livros**. São Paulo, maio de 2008.

SOUZA, Maria da Paixão Neres de. Efeito das tecnologias da informação na comunicação de pesquisadores da Embrapa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 135-143, jan./abr.

2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15980.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento do Conselho de Coordenação**. Salvador, 13 de agosto de 1969.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Digital UFBA. **Portaria 515/84, de 20 de agosto de 1984**. Memória da UFBA. Salvador, 1984. Disponível em: <[http://www.bdtf.ufba.br/new\\_legislacao.htm](http://www.bdtf.ufba.br/new_legislacao.htm)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 4/89, 19 de outubro de 1989**. Progressão funcional de docentes – Regulamentação do Decreto 94.664/87. Salvador, 1989a.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 1/89, de 10 de outubro de 1989**. Fixa normas para concurso de professor auxiliar na Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989b.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 7/89, de 30 de outubro de 1989**. Professor visitante – Regulamentação do Decreto 94.664/87. Salvador, 1989c.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 9/89, de 30 de outubro de 1989**. Cria a Comissão Permanente de Pessoal Docente. Salvador, 1989d.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 2/90, de 5 de março de 1990**. Licença Sabática - Regulamentação do Decreto 94.664/87. Salvador, 1990a.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 4/90, de 28 de março de 1990**. Afastamento de docentes (Regulamentação do Decreto 94.664/87). Salvador, 1990b.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução n. 2/91, de 22 de janeiro de 1991**. Estabelece a Política de Pessoal Docente. Salvador, 1991.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 2.759, de 4 de novembro de 1993**. Designa professores para comissão de trabalho para elaboração de relatório sobre linhas orientadoras da Política de Comunicação da UFBA. Salvador, 1993.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 1/95, de 7 de março de 1995**. Normas e critérios para alocação de vagas e transferência de docentes do quadro da UFBA. Salvador, 1995a.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 5/95, de 19 de setembro de 1995**. Altera a resolução n. 1/95 dando nova redação ao Art. 11 do anexo I e seus parágrafos. Salvador, 1995b.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 6/95, de 18 de outubro de 1995.** Disciplina o regime de trabalho do pessoal do magistério superior, no âmbito da Universidade Federal da Bahia, e dá outras providências. Salvador, 1995c.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 3/95, de 30 de agosto de 1995.** Dispõe sobre custeio e indenizações de despesas de viagem e dá outras providências. Salvador, 1995d.

\_\_\_\_\_. **Regimento do Conselho Universitário.** Salvador, 21 de novembro de 1995e.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 2/96, de 7 de maio de 1996.** Regulamenta o Art. 9º da resolução 004/89, estabelecendo os critérios e escalas para aferição de pontos atinentes à avaliação para fins de progressão e ascensão funcionais. Salvador, 1996.

\_\_\_\_\_. **Regimento Geral.** Salvador, 1997a.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 2/97, de 27 de junho de 1997.** Altera a Resolução N° 1/95 do Conselho de Coordenação da Universidade Federal da Bahia, dando nova redação ao Campo 11-A do Anexo III. Salvador, 1997b. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol\\_972cc.html](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_972cc.html)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 3/97, de 27 de junho de 1997.** Altera a resolução 06/95 do Conselho de Coordenação, acrescentando ao Artigo 17 do capítulo IV os parágrafos 3º e 4º. Salvador, 1997c. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol\\_973cc.html/resol\\_973](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_973cc.html/resol_973)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. **Normas complementares para cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) na UFBA.** Salvador, 1998. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/camara\\_pos\\_grad](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/camara_pos_grad)>. Acesso em: 23 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Resolução n. 4/99, de 20 de janeiro de 1999a.** Institui a política de apoio, orientação e assistência estudantil para a UFBA. Salvador, 1999a. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consuni/resolucoes/resol\\_994.htm](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consuni/resolucoes/resol_994.htm)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 3/99, de 27 de outubro de 1999.** Estabelece os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho dos docentes, para efeito do pagamento da gratificação de estímulo à docência na Universidade Federal da Bahia, relativa ao ano de 1999. Salvador, 1999b.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Relação de programas de Pós-Graduação (stricto Sensu)**. Salvador, [200-?]. Disponível em: <<http://www.prppg.ufba.br/mestredoutor.html>> Acesso em: 17 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 4/2001, de 13 de dezembro de 2001**. Estabelece os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho dos docentes, para efeito do pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência na Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol\\_0104cc.html](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_0104cc.html)>. Acesso em: 23 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Digital UFBA. **Portaria n. 332, de 8 de julho de 2002**. Estabelece o depósito obrigatório de toda a produção científica da Universidade Federal da Bahia na Biblioteca Central Reitor Macedo Costa / Seção Memória da UFBA. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.btdt.ufba.br/Portaria%20332.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2009

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2004/2008**. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.proplad.ufba.br/docs/PDI2004-20081.PDF>>. Acesso em 12 nov. 2009g.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 80, de 8 de março de 2005**. Cria a Biblioteca Digital da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005a. Disponível em: <[http://www.btdt.ufba.br/portaria080\\_05.pdf](http://www.btdt.ufba.br/portaria080_05.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 5/05, de 27 de dezembro de 2005**. Estabelece e consolida normas e critérios para a política de alocação de vagas para docentes do quadro de magistério superior da UFBA, revogando as resoluções 01/95, 05/95 e 02/97 e as demais disposições em contrário. Salvador, 2005b. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol%200505](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol%200505)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 1/06, de 3 de janeiro de 2006**. Regulamenta o regime de trabalho dos docentes do magistério superior. Salvador, 2006a. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol%200106](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol%200106)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 3/06, de 23 de agosto de 2006**. Dispõe sobre a progressão funcional da classe de professor adjunto para a classe de professor associado, em conformidade com a MP n. 295 de 29/05/2006 e a Portaria/MEC n. 7 de 29/06/2006. Salvador, 2006b. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol%200306](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol%200306)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 1/07, 28 de maio de 2007**. Dispõe sobre as progressões vertical e horizontal referentes à classe de professor associado, em substituição à Resolução 3/06 do Consepe. Salvador, 2007. Disponível em:

<[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol\\_0107](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_0107)>. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 189, de 1 de abril de 2009**. Salvador, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2, de 27 de julho de 2009**. Estabelece a padronização dos módulos dos componentes curriculares dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009b. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos\\_superiores/consepe/resolucoes/resol\\_022/resol\\_022](http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_022/resol_022)>. Acesso em: 23 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Novo Estatuto da UFBA**. Salvador, 23 de novembro de 2009c. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/novo\\_estatuto\\_ufba/](http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/novo_estatuto_ufba/)>. Acesso em: 23 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Proposta de minuta de resolução 00/2009**. Regulamenta o quadro permanente, o regime de trabalho e o planejamento das atividades dos docentes do magistério superior. Regulamenta a mudança de regime de trabalho. Publicação eletrônica em que circulou na lista de discussão Apubdebates-I em 21 out. 2009d [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[susanesb@yahoo.com.br](mailto:susanesb@yahoo.com.br)> em 22 de out. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, março, 2010a. Disponível em: <[http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/regimento\\_geral](http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/regimento_geral)>. Acesso em: 23 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Proplad. **UFBA em números**. Salvador, 2010b. Disponível em: <[http://www.proplad.ufba.br/numeros\\_ufba\\_2008-f.html](http://www.proplad.ufba.br/numeros_ufba_2008-f.html)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 24/2010**, de 7 de janeiro de 2010c. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[susanesb@yahoo.com.br](mailto:susanesb@yahoo.com.br)> em 8 jan. 2010.

VALÉRIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=302>> Acesso em: 20 set. 2008.

VIEIRA, Sônia Chagas. **Revistas científicas**: estudo de visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da informação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Orgs.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 81-114.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1979. (Coleção o Homem e a Ciência).